

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA GLAUCIETE DE FARIAS

**ALFABETIZAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS SURDOS: O
TELEFONE CELULAR COMO MEDIADOR DO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA**

**JOÃO PESSOA-PB
2014**

MARIA GLAUCIETE DE FARIAS

**ALFABETIZAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS SURDOS: O
TELEFONE CELULAR COMO MEDIADOR DO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Carlos Nunes
Guimarães.**

**JOÃO PESSOA-PB
2014**

F224a Farias, Maria Glauciete de
Alfabetização para Jovens e Adultos surdos... [manuscrito] : /
Maria Glauciete de Farias. - 2014.
34 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual
da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2014.

"Orientação: Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães,
Departamento de CCHE".

"Colaboração: Soraia Carvalho de Souza"., Gêssica Cecília
Carvalho

1. Educação especial 2. Surdez 3. Tecnologia móvel celular
I. Título.

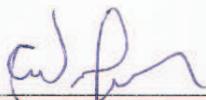
21. ed. CDD 371.9

MARIA GLAUCIETE DE FARIAS

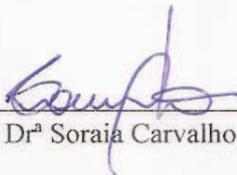
ALFABETIZAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS SURDOS: O
TELEFONE CELULAR COMO MEDIADOR DO ENSINO DA LÍNGUA
PORTUGUESA ESCRITA

Aprovada em: 29|11|2014

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Carlos Nunes Guimarães
Orientador



Prof. Drª Soraia Carvalho de Souza



Prof. Gêssika Cecília Carvalho

Dedico este texto a todos os profissionais e estudantes do curso de pedagogia, notadamente aqueles que dedicam suas atividades à educação especial de pessoas com surdez e a todos os profissionais que vivem a luta cotidiana e intensa da busca pela qualificação da educação para surdos no Brasil e especialmente no Estado da Paraíba.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Anna Cecília Cunha, Yan Chaves e Lly Chaves que me proporcionaram a segurança e o afeto necessários ao desenvolvimento dessa pesquisa;

Ao meu amado neto Vinícius Cunha porque depois de sua chegada pude experimentar o amor mais puro, que me levou à emoção, não raras vezes, pelo ouvir da palavra vovó e pelas alegrias advindas de seu sorriso de anjo;

Final e especialmente ao meu orientador Professor Doutor Carlos Nunes Guimarães, que esteve ao dispor, me transmitindo a segurança necessária para levar a pesquisa adiante, além de todo o suporte intelectual para a consecução do trabalho.

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe.

Jean Piaget

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares tem por objetivo a análise dos contributos educacionais e sociais da tecnologia móvel celular para a pessoa surda. Neste propósito, parte-se, do reconhecimento das particularidades da educação especial para surdos, perpassando-se pelos instrumentais legislativos postos à disposição da comunidade surda com vistas à emancipação social e cultural deste grupo. Para tanto, a base metodológica que servirá de esteio será a pesquisa de cunho teórico, por meio de valoração de levantamento bibliográfico pertinente à matéria.

Palavras-chave: Educação Especial. Surdez. Tecnologia móvel celular.

ABSTRACT

This work of completion of postgraduate Foundations of education: interdisciplinary teaching practices aims at analyzing the educational and social contributions of mobile cellular technology for deaf person. In this regard, it is part of the recognition of the peculiarities of special education for the deaf, passing up the legislative instruments available to the deaf in securing social and cultural emancipation of this group community. For both, the methodological basis used to be the mainstay of theoretical research slant through the valuing relevant bibliographic material.

Keywords: Special Education. Deafness. Cellular technology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL DE JOVENS E ADULTOS COM SURDEZ: ASPECTOS PRELIMINARES	1 Erro! Indicador não definido.
3 – EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA SURDOS.....	16
4 - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA PESSOA SURDA: INTERFACES ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA.....	20
5 – EDUCAÇÃO PARA SURDOS E TELEFONIA MÓVEL CELULAR.....	22
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	31

1 - INTRODUÇÃO

As pessoas em sociedade têm necessidade de se comunicar constantemente, com isso vê-se a pertinência da introdução de meios de comunicação otimizadores de uma interação mais ágil como ferramenta de acesso ao ambiente escrita-leitura e conseqüentemente de ampliação das relações comunicativas. A hipótese levantada nesta pesquisa, portanto, é a utilização do suporte material (telefonia móvel celular) como instrumento de atitude exploratória que favoreça o desenvolvimento e a ampliação da competência comunicativa dos alunos surdos e conseqüentemente o favorecimento das interações sociais das pessoas surdas, e com isso analisar a importância do uso do celular na comunicação e no processo educacional da pessoa surda.

Duas ordens de preocupações se anunciam quando pensamos em educação especial: a possibilidade irrestrita de acesso a este direito e o reconhecimento das necessidades advindas das especificidades de cada grupo. Nesse sentido parte-se da necessidade de municiar a educação para pessoas com surdez do instrumental hábil à majoração das respectivas capacidades, dentre os quais a tecnologia.

Por outro lado, sob o ponto de vista do cidadão comum ou do senso comum, recorrentemente as pessoas surdas são denominadas, equivocadamente, como surdas-mudas ou simplesmente mudas. Nesta perspectiva tem-se a percepção da lacuna do conhecimento social em relação ao ambiente vivenciado pela pessoa surda bem como sobre as especificidades da deficiência auditiva.

Nesta perspectiva, observa-se que o acervo legislativo pertinente à educação especial para surdos recomenda o uso de procedimentos acolhedores e, que de fato, favoreçam as necessidades específicas de cada aluno, entretanto, a escola comum abarca a inclusão dos alunos especiais, mas não atualiza os procedimentos hábeis à educação das pessoas com surdez de maneira suficiente, na maioria dos casos.

Desta maneira, pensar no espaço escolar que não acompanha a realidade do aluno que comumente acessa a tecnologia da comunicação, com todos os recursos que dinamizam a relação tempo/espaço, é tarefa difícil, entretanto é uma realidade promovida por inúmeras condições, tais como a existência de máquinas sucateadas; professores que não conseguem

acompanhar o conhecimento tecnológico dos alunos; precárias condições de trabalho e de formação, dentre outros aspectos perquirir sobre como as pessoas com surdez reconhecem o aparelho celular como instrumento para seu processo comunicacional, também permeia o processo de pesquisa.

Por outro lado, à margem do processo de educação e inserção social estão alguns jovens e adultos surdos que passam despercebidos e conformados com o rótulo de incapacitados, marca indelével que insiste em continuar engessando as pessoas com deficiência, igualmente como no passado.

Para além dessas duas situações estanques, quais sejam, do surdo inserido no processo de educação e daquele à margem deste, alguns surdos apresentam muita dependência da família o que os incapacita para as mínimas ações pessoais, como vestir-se, locomover-se de casa para a escola - isso com idade superior a 27 anos de idade, por exemplo - e portar valores como dinheiro, óculos de grau de uso pessoal, celulares e etc. Desta maneira, reconhece-se que a ação da escola precisa abarcar essas instâncias da vida cotidiana das pessoas com surdez.

Aí está um dos grandes desafios da escola, reconhecido na necessidade de romper com a submissão que homogeniza os processos e determina a classificação e exclusão, por estar despreparada para lidar com a diferença, o conflito escola/família, que não avança nas questões por via do estudo e discussão do tema à luz da teoria.

Ademais destas questões que inundam a educação especial, notadamente aquela voltada para a pessoa com surdez, é relevante observar que a inserção na tecnologia da comunicação, por exemplo, por meio do uso da telefonia móvel celular, repercute em novas formas de leitura e escrita, pois servem como mediação para atingir novas formas de pensar, aprender, agir e refletir sobre os avanços da tecnologia móvel celular a favorecer a sua utilização pela comunidade surda.

Nesse sentido, a proposição do uso do aparelho celular como ferramenta metodológica apta ao fomento do desenvolvimento do domínio de habilidades que os capacitem para a utilização de trocas de mensagens (SMS), aponta para a funcionalidade do uso da língua portuguesa escrita voltada para este tipo de comunicação contemporânea. Com efeito, este é o mote essencial desta pesquisa que pretende reconhecer nesta tecnologia um instrumento de grande valia para a educação e para a inserção social da pessoa com surdez.

Por essa via essa pesquisa se justifica tendo em vista a observação de que, em muitas circunstâncias, a tecnologia tem se prestado a ampliar o acesso à melhoria da

qualidade de vida das pessoas com deficiência. Desta maneira, para afeito desta pesquisa reconhece-se na tecnologia móvel celular um importante suporte com vistas à ampliação das possibilidades comunicacionais das pessoas surdas.

A relevância desta investigação se verifica na possibilidade de um maior conhecimento da perspectiva da aprendizagem da língua portuguesa escrita, como também no descortinamento do universo pertinente ao mundo surdo. Estas duas instâncias afetas à educação e à socialização da pessoa surda – língua portuguesa escrita e Libras - são percebidas como etapas distintas e igualmente relevantes de um processo único que tende a conduzir a comunidade surda à emancipação social e educacional pretendida.

Sem, entretanto, a pretensão de exaurir as várias temáticas envolvidas no tema, para além de reconhecer a relevância do uso da tecnologia mencionada, percebe-se a justificação de investigar-se o uso desta tecnologia em sede de educação para a pessoa surda na possibilidade que esta proporciona de empoderamento do uso da língua portuguesa escrita e conseqüente ampliação das capacidades comunicacionais por meio da Libras, conforme mencionado.

Para tanto, nomeadamente esse estudo cuida de situar a educação dos jovens, adultos e também com surdez, com aspectos preliminares, a educação especial dos surdos e a construção da cidadania da pessoa surda: interfaces entre a escola e a família chegando até a educação para surdos e a telefonia móvel celular.

2 – EDUCAÇÃO ESPECIAL DE JOVENS E ADULTOS COM SURDEZ: ASPECTOS PRELIMINARES

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram os estudos no ensino fundamental e no ensino médio.

É importante destacar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos no sentido de não se limitar apenas à escolarização, mas também reconhecer a educação como direito humano fundamental para a constituição de jovens e adultos autônomos, críticos e ativos frente à realidade em que vivem.

A idade mínima para ingresso na EJA é de 15 anos para o ensino fundamental e 18 anos para o ensino médio.

A princípio, a procura pela escola está relacionada à realização de uma vontade antiga de aprender os conteúdos escolares. Saber ler e escrever e conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática é uma condição frequentemente associada a ter uma vida melhor.

A pessoa surda está relacionada a esses e outros motivos, nomeadamente os surdos que se distanciam da escola tem por trás a decisão familiar, que tratam a surdez como

incapacitante ou preferem reservar essa pessoa do olhar alheio que acaba penalizando os pais ou responsáveis pelo “acometimento” da surdez e por fim a pessoa surda não percebe a necessidade da socialização.

Por outro lado a escola ainda investiga pelo senso comum sobre a alfabetização de pessoas surdas, portanto, é um trabalho cercado de particularidades e questionamentos, a exemplo de se saber:

1. Como se alfabetiza a pessoa surda;
2. Como saber se a pessoa surda está alfabetizada;
3. Qual língua deve ser conhecida inicialmente, Libras (Língua brasileira de sinais) ou língua portuguesa escrita.

Em específico quando se trata dos jovens e adultos, distanciados do ambiente escolar e sem domínio de uma língua, tantos são os prejuízos observados, que tal situação aponta para a complexidade em responder a demanda ora apresentada.

Pelas razões apontadas, é importante que os jovens surdos se sintam verdadeiramente ligados com outros jovens e adultos surdos através de programas escolares (escolas de referência), frequência de Associações de Surdos e de outras actividades em que tenham a experiência da comunicação sem restrições entre iguais (HUMPHRIES & PADDEN, 1988, apud SANTOS, 2010, p.40)

Nessa perspectiva, verifica-se que reiteradas vezes a pessoa surda chega à escola apresentando um atraso na aquisição de uma língua, tendo como substrato uma realidade díspar daquela vivida por ouvintes. Por outro lado, a criança ouvinte que chega à escola por volta dos cinco anos de idade e já conta com um repertório, de em média, três mil palavras¹ (informação verbal), pois já convive com uma língua em situação natural, os familiares se comunicam desde antes do nascimento, desse modo a escola trabalha com metodologia de primeira língua fazendo reflexões com base consolidada de uma língua. Neste aspecto Costa (2011) explica que a inspiração familiar produz efeitos decisivos na vida da pessoa, com ou sem surdez:

Isso demonstra que a família é a instituição que mais influencia na formação da identidade do indivíduo, sendo este surdo ou não. Essas informações vão permitindo que se perceba o papel que essa instituição assume na constituição da pessoa humana e que as relações proximais que se formam

¹ Informação verbal dada por Orlene Lúcia Carvalho: Doutora em Linguística e professora da Universidade de Brasília, em aula no Curso de Extensão em Linguística e ensino de português para surdos, realizado no hotel Netuanah em João Pessoa/PB, no período de 29/05/2006 a 8/06/2006.

entre seus integrantes é fundamental para o desenvolvimento e para a aprendizagem do indivíduo. (COSTA, 2011, p. 22)

Múltiplos recortes foram atribuídos às pessoas surdas ao longo dos anos. Uma trajetória que pode ser descrita sob diferentes prismas, a saber:

1. A exemplo da influência da filosofia grega clássica que imprimiu as bases do ideário de que o surdo não era considerado capaz de pensar pelo fato de não falar, em seguida passou-se pela análise médico-clínica, por meio da qual foi considerado anormal; doente; deficiente e incompleto;
2. Seguindo a ideia da incapacidade para atividades intelectuais a pessoa surda era direcionada para atividades de exploração da mão de obra desprestigiada e de remuneração inferior.
3. Observou-se também a prática do “ouvintismo”, legalizado a partir do Congresso de Milão em 1880: “Naquele congresso foi colocado em votação qual método deveria ser utilizado na educação dos surdos. O oralismo venceu e o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido. (GOLDFELD, 1997, p. 28).
4. Contemporaneamente tem-se a difusão da concepção de que o surdo é diferente e entende-se por diferente, aquele que não é igual, por isso não interessa para a maioria dominante. Neste sentido aponta Boaventura: “Temos o direito de ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza”. (BOAVENTURA, 1999; p. 44).

Certamente as mudanças paradigmáticas não pouparam nem os mais hábeis no manejo da igualdade, a questão do direito de ser diferente é no mínimo complexa e é nesse contexto que a discussão sobre os encaminhamentos da educação formal da pessoa com diferença notada vem marcando seu território.

3 – EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA SURDOS

O processo educacional da pessoa surda perpassa pela investigação das especificidades que circundam este grupo, com suas necessidades e os deveres correspondentes do poder público. Nesse particular, reconhecer a identidade e as especificidades do processo de formação da cidadania da pessoa surda é de fundamental importância para o exercício valorativo da estrutura curricular da educação especial para a pessoa com surdez.

A estrutura pedagógica posta deve ter como prerrogativa básica o reconhecimento das particularidades para sua posterior adaptação às necessidades verificadas haja vista que a escola e os profissionais da educação, de uma maneira geral, e notadamente aqueles voltados para a educação especial devem estar orientados para que a esta cumpra o objetivo de formação do cidadão nas amplas perspectivas que esta categoria pressupõe. Desta maneira vê-se a pertinência de reconhecer que o caminho da flexibilização do currículo pedagógico, por meio da adoção de mecanismos de ampliação qualitativa do processo educacional (a exemplo da inclusão de novas tecnologias informacionais), aliada à adequada formação dos professores, deve ser uma realidade a permear a educação especial.

Tratando da interface entre o direito à educação das pessoas com surdez e a inclusão de novas tecnologias como instrumento facilitador deste processo, Dorziat (2009), afirma este direito de todas as pessoas à educação sob o enfoque legal. Nesta senda, observa-se a mudança paradigmática que se originou do acesso à escola comum que trouxe questões relacionadas à permanência do aluno com diferença notada na escola. Na perspectiva de refletir as práticas inclusivas da educação, vejamos:

Decreto-lei 3.298/99 definiu que as escolas públicas ou privadas deverão oferecer programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escola especializada exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do educando. (DORZIAT, 2009. p. 64 e 65).

Nesta perspectiva é razoável afirmar que a sociedade não assimilou suficientemente o fato de que a pessoa surda é detentora de uma língua reconhecida na forma

da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002² (BRASIL,2002). Conforme se depreende da lição de Donato: os surdos formam comunidades cujo fator aglutinante é a língua de sinais, argumenta (SKLIAR 1998, p.140-141 apud DONATO, 2008, p.52).

Considerando esse entendimento, é preciso dar-se início a um processo de reflexão profunda sobre as bases em que estão sedimentadas as práticas educativas e assumir os múltiplos olhares em face do conhecimento, não só para cumprir as exigências teóricas e legais, mas para proporcionar aos alunos uma capacidade reflexiva crítica e argumentativa do próprio processo de construção de sua cidadania, neste sentido, Peixoto (2006) observa:

Entende-se assim que, embora o surdo esteja inserido em uma sociedade e em um núcleo familiar cuja maior parte utiliza a língua oral majoritária, ele também está ligado – direta ou indiretamente – a espaços e pessoas que se comunicam por uma Língua de Sinais. Reconhecer, portanto, a condição bilíngue do surdo implica aceitar que ele transita entre essas duas línguas e, mais do que isso, que ele se constitui e se forma a partir delas (PEIXOTO, 2006, p. 206).

Conforme Andrioli, Vieira e Campos (2013, p.1797), o decreto nº 5626 de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 2002, reflete a importância da LIBRAS para a educação e para a promoção da autonomia do grupo surdo, destacando a necessidade de viabilizar a educação bilíngue que se traduz no uso da LIBRAS e da Língua Portuguesa e, ao mesmo tempo, está claramente motivado pela perspectiva da inclusão.

Ao longo do processo discursivo da exploração do tema inclusão/exclusão, alguns equívocos são registrados, a saber; o respeito à igualdade de direitos se confunde com a

² Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

construção de que “somos todos iguais”, entretanto, pugna-se pela percepção de que as pessoas têm necessidades diferentes, por terem em si e naturalmente, a categoria da diferença.

A esse respeito, Dorziat dispõe:

Historicamente, a meta maior da educação de Surdos foi a integração social, passando pela integração escolar desses alunos. Os alunos surdos mesmo os menores, eram aconselhados a frequentar paralelamente à escola especial a escola de ouvinte. Aquela (a escola especial) funcionava, muitas vezes, apenas como apoio terapêutico dos distúrbios comunicativos referentes a oralidade. Dessa forma pretendia-se pouco-a-pouco que o aluno surdo se desvinculasse da escola de surdos, permanecendo de vez integrados no ambiente de ouvintes. (DORZIAT, 2009, p.80).

Por outro lado, a afirmação da importância da interação entre os pares se materializa no cotidiano das relações em sociedade. As pessoas se unem por afinidades em diversos aspectos e o significado da igualdade frente ao apelo por respeito à diferença aparece cercado de equívocos. Outro fato importante é o modo diferente de perceber o mundo que nos cerca, nessa direção enveredamos para a cultura do povo surdo, a partir da língua de sinais brasileira reconhecida oficialmente como a segunda língua do Brasil, esse dado nos remete a história dos surdos quanto ao direito de usar sua língua materna.

Nesse sentido de recrudescimento de uma tendência comportamental e institucional paradoxalmente homogênea em face da pluralidade e heterogeneidade dos atores sociais, dentre os quais o grupo surdo, observa-se a imposição da língua majoritária, qual seja, a língua falada, também para pessoas surdas, com isso tem-se a standardização do modelo ouvinte na perspectiva de normalizar a comunicação entre surdos e ouvintes. Consequentemente, por muito tempo, os ouvintes desconheciam a língua de sinais, de maneira que, para além de ignorá-la, seguiu-se uma trajetória de tentativas de inviabilizá-la.

O anteriormente citado Congresso de Milão em 1880 legalizou a proibição da língua de sinais, a partir de então, a educação formal deveria imprimir a oralização do surdo, embora a condição de oralizado não lhe garantisse a compreensão do discurso, portanto, só restando a passividade da incapacidade.

Atualmente é possível perceber que a comunidade surda vem construindo uma nova identidade de modo a superar o estigma tradicionalmente imposto de indivíduos anormais; doentes dentre outros rótulos já superados. A reivindicação quanto à relevância da língua de sinais para os surdos na comunicação e aprendizagem, embora represente o

reconhecimento de um direito legítimo, interfere significativamente na situação linguística do ambiente escolar e, conseqüentemente, no redimensionamento das práticas curriculares.

Nesta perspectiva, parte-se da verificação de que um dos mais importantes instrumentos culturais é a língua. A língua brasileira de sinais se desenvolve como qualquer outra língua através de suas interações. São observados locais propícios para o estabelecimento de relações comunicacionais com os pares, *locus* próprios para o desenvolvimento de relações dialógicas amparadas pelos signos produzidos pela língua de sinais.

A correspondência nítida entre o poder do discurso e o exercício pleno da cidadania remete-nos ao direito de expressão, e, em se tratando das pessoas surdas o conceito de liberdade de expressão ganha outros parâmetros por tantos eventos supracitados, e por isso cabe a reflexão de VEIGA-NETO (2002, p.48), para quem:

[...] como poderemos ensinar para culturas diferentes da nossa, sem colonizá-las? Ou, em outras palavras: como (e também o que) ensinar para outros grupos sem impor a eles a minha cultura? E não é demais lembrarmos que, levada ao seu limite, essa pergunta torna altamente problemático qualquer projeto educacional: afinal, educar não envolve um processo de colonização de mentes e corpos? Essa é uma pergunta de natureza ética não trivial. Mas há ainda uma outra pergunta, também radical, porém de natureza epistemológica: será possível eu realmente me comunicar com outra cultura, a partir da minha? Ou será que falamos “dialetos culturais” (VATTIMO, 1994), diferentes e, a rigor, intraduzíveis, de modo que a nossa intercomunicação é ilusória?

Essa diferença se acentua pela dificuldade de aprendizagem da língua escrita cuja apropriação está vinculada à forma como esse processo será organizado pela escola, considerando a necessidade da adoção de metodologias específicas de ensino, com professores especializados para este fim, tal qual ocorre em situações de aprendizado de línguas estrangeiras. Essa comparação se justifica, tendo em vista que a criança surda não aprenderá o português como língua materna, mas como segunda língua. Confirma, Andrioli, Vieira e Campos:

Por isso, apenas aceitar a Língua de Sinais não resolve, pois é preciso aceitar tudo o que vem junto com a língua, ou seja, a cultura, a identidade, a visão de mundo e a constituição de sujeito, a valorização da diferença compondo o universo social. Essa visão nos remete à necessidade de exposição e aquisição da LIBRAS por crianças surdas o mais precocemente possível, para que possam construir bases sólidas, identidades positivas e autonomia. (ANDRIOLI, VIEIRA, CAMPOS, 2013, p.1798)

Reconhecendo-se que a comunidade surda tem como língua materna a língua brasileira de sinais (Libras) pertencente à modalidade espaço-visual, que enquanto língua apresenta todos os parâmetros pertencentes a qualquer língua oral-auditiva, vê-se a pertinência da construção de que, a utilização do telefone celular por parte das pessoas surdas por meio de mensagens via SMS ou transmissão da imagem em tempo real é um relevante instrumento informacional com vistas à sedimentação da língua. Nesse sentido, “a tecnologia deve contribuir para as práticas educativas como um meio de possibilidades que, sendo bem aproveitado resultará em ganhos de parte a parte, do processo da aprendizagem de todos os participantes” (DUSCHATZKYS, SKLIAR, 2001, p.132).

4 - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DA PESSOA SURDA: INTERFACES ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA

Historicamente, as pessoas surdas enfrentaram algumas dificuldades de ordem cultural e social, dentre as quais a dificuldade no relacionamento com a alteridade; com a constituição linguística do outro; com a aceitação da diferença e dos conflitos intersubjetivos, em suma, significa reconhecer que, em princípio de argumentação, a aceitação da heterogeneidade do tecido social e das diferenças advindas desta constatação é um exercício de amadurecimento da cidadania que queremos construir.

Carvalho (2002), apud Andrioli, Vieira e Campos (2013, p.1794) destaca a diferença entre a cidadania expressa por meio das leis, ou seja, a cidadania formal, e a cidadania cotidiana, ou cidadania material, sendo, a última, conquistada no dia a dia, no exercício da vida prática e resultado de muitas lutas sociais. Como foi o caso dos negros ao longo da história, tendo conquistado a cidadania por meio da lei Áurea, mas, ainda com a necessidade de lutar, diariamente, contra o preconceito. Nesta perspectiva de conquistas sociais, a comunidade surda tem sido reconhecida pelo legislador, tanto no que se refere às necessidades específicas que ostenta quanto aos deveres que estas fazem nascer para o Estado. Entretanto, é possível ponderar que esta cidadania material, ou seja, a realização de condições favoráveis observadas na legislação pertinente (cidadania formal) ainda está distante de ser concretizada de maneira plena (cidadania material).

As crianças e jovens surdos são particularmente vulneráveis, em termos do desenvolvimento social, pois majoritariamente são filhos de pais ouvintes que só se apercebem das dificuldades auditivas e necessidades comunicativas dos filhos quando a linguagem oral devia despontar. Nesse sentido, os pais necessitam de esclarecimentos sobre a surdez e suas implicações e de orientações no sentido de adotarem uma comunicação que leve em conta a predominância da modalidade visual no processo de interação da criança com o ambiente e as pessoas.

A contribuição dos pais devidamente esclarecidos reflete-se na adolescência das pessoas com surdez, tal como é factível em relação às pessoas ouvintes, os surdos se beneficiam do pertencimento a grupos. Atualmente é consenso afirmar que frequentar uma escola de preferência com ensino bilíngue para alunos surdos é a melhor maneira de favorecer

a adequação para apropriação da língua de sinais nas séries iniciais da educação básica, podendo se estender as demais.

É na adolescência que se começam a estabelecer relações de amizade mais próximas (“melhores amigos” ou “amigos íntimos”) e que o grupo de amigos assume uma grande importância nomeadamente fornecendo apoio emocional, validação social, informações (particularmente relevantes para os surdos, que dificilmente obtêm informações junto apenas de jovens ouvintes...), conselhos, sentimentos de solidariedade pessoas (MARSCHARK, LANG, ALBERTINI, 2002; CALDERON, GREENBERG, 2003; HUMPHRIES, PADDEN, 1988, apud SANTOS, 2010, p.40 - 41).

Sob outro ponto de vista da formação da cidadania da pessoa surda, atualmente, os meios de comunicação vieram a transformar o comportamento pessoal e coletivo, de maneira que, os jovens criam e desenvolvem relações sociais; a própria noção de grupo e relações identitárias, numa conquista diária do espaço de ser pessoa de direitos e deveres a partir do diálogo e, assim, empoderar-se da condição de cidadão.

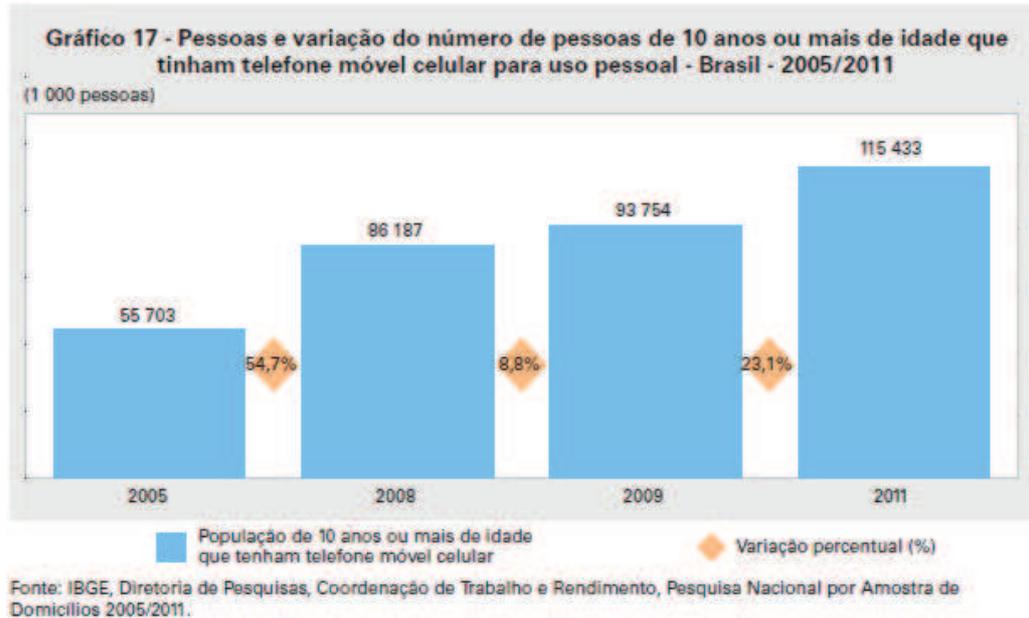
5 – EDUCAÇÃO PARA SURDOS E TELEFONIA MÓVEL CELULAR

Conforme dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ - 9,7 milhões de pessoas declararam-se portadoras de limitações auditivas no Brasil, sendo o maior percentual encontrado na região nordeste do país. Com efeito, este contexto evidencia que cada vez mais a educação e as políticas públicas voltadas para a pessoa surda estão na pauta do dia e exigem do poder público; dos profissionais envolvidos diretamente e da sociedade como um todo, posturas proativas com vistas à inclusão e emancipação das pessoas com surdez.

Por outro lado, ainda conforme dados obtidos por meio do IBGE produzidos por estudo desenvolvido com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD realizada em 2005, 2008, 2009 e 2011, “o contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal foi estimado em 115,4 milhões, o que correspondia a 69,1% da população. Frente a 2005, quando havia 55,7 milhões de pessoas que possuíam esse aparelho, ou 36,6% da população, o crescimento foi de 107,2%”.⁴

³ Em 2010, havia 45,6 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas (visual, auditiva, motora e mental), representando 23,9% da população. A diferença em relação aos dados do Censo 2000 (14,3% da população) se deve a um aprimoramento metodológico, que possibilitou uma melhor captação da informação. O maior percentual foi encontrado na Região Nordeste (26,6%), enquanto que a Sul e a Centro-Oeste mostraram as menores proporções (22,5%). Rio Grande do Norte (27,8%), Paraíba (27,8%) e Ceará (27,7%) apresentaram os maiores percentuais. Já Roraima (21,2%), Santa Catarina (21,3%) e Mato Grosso do Sul (21,5%) tiveram as menores incidências. A deficiência visual foi a mais frequente, atingindo 35,8 milhões de pessoas com dificuldade para enxergar (18,8%), mesmo de óculos ou lentes de contato. A deficiência visual severa (pessoas que declararam ter grande dificuldade de enxergar ou que não conseguiam de modo algum) atingia 6,6 milhões de pessoas, sendo que 506,3 mil eram cegos (0,3%). A dificuldade de locomoção incidia sobre 13,3 milhões de pessoas (7,0%). A deficiência motora severa (pessoas com grande dificuldade ou incapazes de se locomover) foi declarada por 4,4 milhões de pessoas, das quais 734,4 mil não conseguiam caminhar ou subir escadas de modo algum (0,4%). Já a deficiência auditiva acometia 9,7 milhões de pessoas (5,1%), sendo que a deficiência auditiva severa (pessoas com grande dificuldade ou incapazes de ouvir) foi declarada por 2,1 milhões de pessoas, das quais 344,2 mil eram surdas (0,2%). A deficiência mental ou intelectual, também considerada severa, foi declarada por 2,6 milhões de pessoas, representando 1,4% da população. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2125&view=noticia> . Acesso em 10 de nov. de 2014. [grifo nosso]

⁴ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2011.



Estes indicadores revelam a fundamentalidade da questão que alia educação e uso de tecnologias informacionais a exemplo da internet e da telefonia móvel celular, especialmente para a comunidade surda, inserida nos processos de desenvolvimento tecnológico e cultural. Nesta medida e para efeito do recorte dado a esta pesquisa, parte-se do reconhecimento de que o uso do aparelho celular é uma realidade em nosso país, igualmente para a pessoa surda e, nesse sentido, prescindir das funcionalidades proporcionadas por esta tecnologia na formação educacional deste grupo revelaria dinâmica pedagógica anacrônica.

Neste prumo de argumentação, o uso do celular como suporte instrumental para a aprendizagem, possibilita o acesso - por meio dos avanços da tecnologia da comunicação - para além da construção de espaços de maturação identitária destes grupos, à aprendizagem da língua portuguesa escrita, por meio da ferramenta de envio de mensagens de texto, disponibilizada pela tecnologia móvel celular.

Como observado anteriormente, a língua de sinais tem estrutura diferente da língua portuguesa, por isso, no momento de estruturar uma ideia por meio do uso do português escrito, está-se a tratar de uma legítima tradução em segunda língua. Portanto, verdadeiramente, o uso da língua portuguesa escrita tem repercussão na ampliação do vocabulário em libras – base da comunicação da pessoa surda -. De forma que, a experimentação desse tipo de comunicação ocorre de modo particular por parte das pessoas surdas, tanto quanto a aprendizagem da língua portuguesa escrita, por ser esta baseada na língua oralizada, cujo canal é o auditivo.

Na medida em que requerem a utilização da língua portuguesa escrita, afirma Santos, (2010, p.83) As TICs, e em particular o SMS, constituem um desafio para muitas pessoas surdas. Mas a motivação para usar o SMS, ultrapassando a barreira da comunicação à distância e facilitando a participação em redes sociais pode contribuir para uma maior frequente utilização da língua portuguesa escrita e, conseqüentemente, o desenvolvimento de competências de leitura e da escrita.⁵

Nesse sentido, vivenciar um diferencial pensado para este grupo dotado de maturidade e normalmente contingenciado ao tímido acesso à língua de sinais é o desafio que impulsiona a pesquisa. Portanto partimos da necessidade de ampliar a capacidade de comunicação da pessoa surda e conseqüentemente correlacionar o acesso a língua portuguesa escrita mediante a funcionalidade observada pelo uso das tecnologias da telefonia móvel celular.

Neste particular, na modalidade mensagem de texto ou SMS, confirma Santos, (2010, p.83) que, na medida em que estas funcionalidades requerem a utilização da língua portuguesa escrita, as TIC, e em particular o SMS, constituem-se em um desafio para muitas pessoas surdas.

A introdução das tecnologias, e em especial o celular, como suporte de interação e aquisição da língua portuguesa escrita, para criar um ambiente de letramento na escola e a sua apropriação sugerida a partir desta realidade, afirma Santos, é o reflexo do impacto dos telemóveis na sociedade atual (SANTOS, 2010, p.1).

Ao longo dos últimos anos, a revolução na tecnologia da informação e comunicação conduziu a inovações com efeitos cada vez mais visíveis na vida da maior parte das pessoas, notadamente das pessoas com surdez, contribuindo assim para a maior utilização da língua portuguesa escrita, para o desenvolvimento de competências de leitura e da escrita e conseqüentemente para a ampliação das possibilidades comunicacionais em Libras.

⁵ Sobre esta perspectiva, Célia Simões dos Santos (2010, p.6) observa: “Chamam-se Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) às tecnologias e ferramentas que as pessoas usam para trocar, distribuir, colher informação e se comunicar com outras pessoas. Segundo a Associação para o Progresso das Comunicações (APC, 2008), as TIC podem ser agrupadas em três categorias: Tecnologias de informação – é o caso dos computadores, que se tornaram indispensáveis nas sociedades modernas para processar dados e economizar tempo e esforço. Tecnologias de telecomunicação – que incluem telefones (com fax) e transmissão de rádio e televisão, cuja difusão se faz frequentemente através de satélites. Redes tecnológicas – das quais a mais conhecida é a internet, mas onde também se inclui a tecnologia de telemóvel, telefonia de voz sobre IP (VOIP), comunicação por satélite e ainda outras formas de comunicação que ainda estão a ser desenvolvidas. SANTOS, Célia Simões dos. Os jovens surdos e a comunicação interpessoal via SMS. Disponível em:<http://hdl.handle.net/10400.21/96>. Acesso em 30 de jul. 2014.

Avanços são passíveis de relato, entretanto, falta muito para contar, por exemplo, a ideia de número; as hipóteses de escrita; o uso das mensagens via celular. Neste contexto, atualmente as pessoas surdas utilizam celulares, e a adesão da comunidade surda ocorreu literalmente sem o conhecimento ou a intenção dos criadores do SMS ou dos operadores. A par disto, convém lembrar que inicialmente, as necessidades especiais deste grupo não foram levadas em consideração, quando da otimização desta tecnologia. (LINDSTRÖM, 2001, apud SANTOS, 2010, p.3).

A língua portuguesa escrita é baseada na língua portuguesa falada, por isso as pessoas surdas têm muita dificuldade de aprendê-la, no entanto a busca por metodologias que viabilizem essa aprendizagem são a condição para efetivamente trabalhar essa realidade. Pensando nessa direção, Dorziat (2009, p.44) afirma que, a clareza sobre essas questões pode influenciar significativamente os encaminhamentos do trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

A precariedade de acesso da pessoa surda aos meios de comunicação de forma geral, observada na inexistência quase que total da janela de intérprete na programação de televisão; a inexistência de telefone público para pessoa surda, visto que, poucos são os que conseguem usufruir pela própria funcionalidade do serviço, dentre outras barreiras, por exemplo, são obstáculos ao alcance da formação e inserção social da pessoa surda.

Partindo de uma perspectiva funcionalista ou seja em prática da utilização é possível considerar que a adoção de uma dada tecnologia é influenciada pelas restrições e disponibilidades que ela oferece ao usuário, em combinação com as necessidades deste. Dessa maneira, pensar na tecnologia móvel celular como instrumento a favorecer a emancipação social e educacional da pessoa com surdez faz surgir a necessidade de compatibilização desta às necessidades deste grupo.

Por outro lado, mas ainda considerando os reflexos do uso da tecnologia móvel celular pela comunidade surda, é sabido que os adultos surdos não necessitam recorrer com tanta frequência aos seus familiares para tratar de assuntos pessoais, pois, o acesso a redes sociais mais alargadas aumenta as possibilidades de comunicação com um universo maior de jovens (ouvintes e surdos), que não se restringe só ao seu ambiente escolar.

Conforme Santos (2010) e ainda reconhecendo os reflexos do uso da tecnologia móvel celular no cotidiano da pessoa surda observa-se sua contribuição para a ampliação da capacidade de organizar e coordenar a distância, por meio das interações que se estabelecem com diferentes pessoas e a manutenção e reforço de laços à distância, não só com surdos, mas

também com ouvintes, por meio do uso do celular e respectivas funcionalidades. (SANTOS, 2010, p.75)

Entretanto, percebe-se a dificuldade de adoção plena deste artifício de comunicação pelo acesso muitas vezes insipiente à linguagem escrita, a ideia é aproveitar a tecnologia da comunicação a serviço da aprendizagem da língua portuguesa escrita para pessoas surdas.

Este meio de comunicação lhes garante o contato permanente, para o caso de existir repentinamente: uma dúvida; a necessidade de avisar a alguém com rapidez e eficácia, em situações de emergência, assegura, por sua vez, a autonomia e a independência dos seus utilizadores. Afirmam, Andrioli, Vieira e Campos (2013, p.1798):

Essa ferramenta, de forma rápida e eficaz, viabilizada pelas tecnologias da informação, lhes permite agir em condição equânime aos outros cidadãos, sem que o déficit auditivo seja posto como referência para sua atuação, sabendo-se diferente, o que fortalece sua identidade ao mesmo tempo em que evidencia sua diferença.

Comumente partilhamos da afirmação de que o mundo mudou, o fato é que as distâncias diminuíram e as relações espaço-temporais ganharam outros padrões de medidas, especialmente com o uso e aprimoramento das tecnologias da informação, igualmente pela comunidade surda, a este respeito comentam Andrioli, Vieira e Campos (2013, p.1802):

Observa-se que os surdos conseguem comunicar-se da mesma forma que qualquer ouvinte por meio das tecnologias superando, também, barreiras de tempo e espaço, com apoio da Internet. Por outro lado, parece fazer ainda mais sentido, para os surdos, o uso das tecnologias como meio de exercício da cidadania, uma vez que, historicamente, sem esses recursos, grande parte dos surdos vivia em isolamento.

Com isso verificamos comportamentos e posturas novas, de maneira que, não cabe nesse momento o discurso conservador, que consagra a saudação do contato físico em detrimento da “perversa” tecnologia do individualismo. Pelo contrário, no comentário de Andrioli, Vieira e Campos (2013, p.1795), ao longo da última década caminhamos tanto com o reconhecimento da LIBRAS no Brasil, como também com a evolução das tecnologias digitais, sendo que essas vêm se tornando cada vez mais multimídias e acessíveis à grande parcela da população, chegando também à comunidade surda.

Sobre o olhar comum a falta de controle do outro - um outro - que deveria ser dependente, carente e conformado, gera até certo ponto o discurso da dominação pela

alienação e a submissão, e no caso da pessoa com deficiência, é necessário inferir com reflexões mais robustas. Isso alarga as discussões para o campo da ética, pois sem exagero é comum verificar a total submissão da pessoa com deficiência com relação aos seus familiares, vistos como incapacitados e irreversivelmente dependentes da generosidade dos familiares.

Frente a essas posturas e tentando dinamitar tiranas barreiras, está o diálogo das possíveis pontes que a tecnologia pode produzir, certamente, um dia, resistirá o lado da razão, aquele que mostra alternativas diferentes, ao se buscar por tecnologias. Uma realidade mostra milagrosamente que a tecnologia é acessada por todos, guardadas as devidas proporções. Comenta Andrioli, Vieira e Campos (2003, p.1795), Ao longo da última década caminhamos tanto com o reconhecimento da LIBRAS, como também com a evolução das tecnologias digitais, sendo que essas vêm se tornando cada vez mais multimídia e acessíveis à grande parcela da população, chegando também à comunidade surda.

Ato contínuo, algumas pessoas surdas se distanciam do grupo ouvinte, independentemente de serem ou não deficientes, isso demonstra a precariedade histórica das políticas de intervenções que visam à qualidade de vida da pessoa com deficiência.

Há dez anos, falar sobre a inclusão social do surdo, viabilizada pela tecnologia, poderia ser considerado um requinte científico de pouca importância e pouco interesse social, uma vez que, ainda que, na prática do cotidiano, a participação do surdo já viesse a acontecer, oficialmente esse fato podia ser negligenciado, pois, apesar da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ser a forma de comunicação entre os surdos, a única língua oficial do país ainda era somente a língua portuguesa, ou seja, a língua materna desses sujeitos não era reconhecida enquanto língua oficial. No primeiro semestre do ano de 2002 a comunidade surda pôde ver legislada uma das suas mais insistentes lutas. No dia 24 de abril desse ano a Língua Brasileira de Sinais passou a ser reconhecida como língua oficial da República Federativa do Brasil. No Art. 1º: (ANDRIOLI, VIEIRA E CAMPOS, 2003, p.1794)

Certamente, já foi pior, enveredar pelo discurso conformista, contrariamente, não é o caso, haja vista as razões apontadas por alguns autores que tratam com otimismo as questões dos benefícios alcançados pelo uso da tecnologia da comunicação.

Nesse particular a questão da identidade cultural da pessoa surda, passará também pelos meios viáveis de transmissão. De acordo com Andrioli, Vieira e Campos (2003, p.1795) dessa forma, um espaço virtual, não dimensionável, torna-se o espaço onde a identidade e a cultura surdas transitam.

Esse dado ultrapassa as perspectivas do uso do telefone celular, de modo que, imaginar ser possível dialogar em tempo real, simultaneamente com o uso de som e imagem,

é para a pessoa surda um ganho muito importante. Olhar e potencializar os meios possíveis, a fim de contextualizar as práticas educativas aponta na direção da reflexão do mestre Paulo Freire, que no seu legado brinda-nos com perspectivas sobre o universo humano, a saber:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer. (FREIRE, 2013, p.84)

Em suma, no que tange à educação de pessoas com diferença notada ou não, a existência de um lugar ou posição social é o resultado da conquista diária individual e coletiva. Cada um tem a capacidade de criar seu espaço, aí está o desafio da escola, em descortinar essa autonomia e confiança.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão de literatura proporcionada por esta pesquisa, que, entretanto não teve o objetivo de exaurir todas as perspectivas relacionadas ao tema, pode-se considerar a importância da ampliação do acesso à língua portuguesa escrita, por meio do uso da tecnologia móvel celular para a pessoa surda.

Nesse sentido, como consequência do uso da língua portuguesa de maneira cotidiana, por meio do celular, que é uma realidade indubitavelmente disseminada na comunidade surda, tem-se a ampliação das possibilidades comunicacionais em Libras além de uma maior inserção deste grupo em espaços outros de comunicação – grupos surdos e ouvintes.

Por outro lado, o discurso sobre a inserção da comunidade surda em espaços dialógicos para além das relações com iguais – interações com ouvintes, conforme mencionado – revela-se igualmente atual na medida em que esta condição corrobora a ideia de emancipação social da pessoa surda e fortalecimento de sua cidadania haja vista que os respectivos discursos; questionamentos e bandeiras passam a transcender as barreiras comunicacionais quebradas pelo uso da tecnologia, a exemplo da telefonia móvel celular.

Portanto, a aquisição da língua de sinais como primeira língua do surdo tem o condão de favorecer o entendimento da língua portuguesa escrita enquanto língua que proporciona a comunicação independente da distância (por meio da tecnologia celular) e esta condição de acesso ao português escrito de maneira cotidiana também tem relevante ressonância da produção do acervo vocabular em Libras.

Além disso, a aquisição de novos conhecimentos e a capacidade de lidar com o desafio de compreender que a escrita é uma outra língua com organização e estruturação diferentes daquelas afetas à sua língua materna, é desafiador e torna o processo interessante. Neste prumo, é necessário que o surdo conviva com instrumentos capazes de possibilitar a relação com o outro, com vistas à ampliação dos horizontes da comunidade surda, inserindo-a num contexto maior. Entretanto, se por lado existe a necessidade de conviver com a diferença, por outro há a fundamentalidade do convívio com os iguais, para que haja o reconhecimento da identidade e com isso o fortalecimento do sujeito coletivo.

Para além da inter-relação entre educação especial para surdos e uso da tecnologia móvel celular como meio dinamizador da apreensão do português escrito e consequente

inserção do grupo surdo em espaços comunicacionais mais amplos, a pesquisa voltou-se também para a observação do papel da família no processo educacional da pessoa com surdez. De maneira que, certamente se trata de um processo realizado a quatro mãos, ou seja, pela ação da escola e da família, de maneira que nesta deve ter ressonância os discursos e as práticas trabalhadas naquela, com vistas à formação educacional do surdo e ao fortalecimento da sua condição de cidadão.

Por outro lado, compreender melhor como se dá a relação da pessoa surda com o mundo, através da interação com pessoas surdas e ouvintes - partilhando discursos e pontos de vistas heterogêneos - por meio do uso do celular, a partir da percepção visual, janela principal de conexão das informações, é um bom início e foi o mote essencial deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, Mary Grace Pereira; VIEIRA, Claudia Regina; CAMPOS, Sandra RL. Uso das tecnologias digitais pelas pessoas surdas como um meio de ampliação da cidadania. Disponível em: http://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&q=USO+DAS+TECNOLOGIAS+DIGITAIS+PELAS+PESSOAS+SURDAS+COMO+UM+MEIO+DE+AMPLIA%C3%87%C3%83O+DA+CIDADANIA&btnG=&lr=lang_pt. Acesso em: 22 de setembro de 2014.

ALMEIDA, Adriano, Nayara de (Org.); PEIXOTO, J. A. (Org.). TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO. 1ª. ed. João Pessoa: UFPB, 2013. v. 8.

BRASIL, Presidência da República. Lei Nº 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. Presidência da República Casa-Civil - subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 24 de abril de 2002.

COSTA, Rita Mara Reis. Relato da influência da família no processo de inclusão de uma aluna surda. 2011. 80 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar)—Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2011.

DONATO, Adriana Di. O gênero cantiga de ninar: do mundo ouvinte ao mundo surdo/.- João Pessoa/PB, 2008, p.52, Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

DORZIAT, Ana. O outro da educação: Pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e inclusão. Petrópolis, RJ; Vozes, 2009.

DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. O nome dos outros: Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos (Org) Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa\Paulo Freire - 47ª Ed- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GOLDFIELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

PEIXOTO, R.C. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. In: Caderno Cedes, Campinas, vol. 26, nº 69, 2006.

RAMAL, Andrea Cecília. Ler e escrever na cultura digital. Revista Pátio. Porto Alegre, ano 4, n. 14, p. 1-10, ago.\out.2000,. Disponível em <http://WWW.idprojetoseducacionais.com.br/artigos/ler_e_escrever_na_cultura_digital.pdf> Acesso em: 5 jun. 2009.

SANTOS, Célia Simões dos. Os jovens surdos e a comunicação interpessoal via SMS.p.1- 3 (Mestrado em Ciências da Educação)- Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação de Lisboa, Portugal, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.21/96>. Acesso em 30/07/2014

SANTOS, B. de S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Coimbra/Portugal Publicação do Centro de Estudos Sociais, nº 135, janeiro de 1999.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura e Currículo. Itajaí (UNIVALI): Contrapontos, a.2, n.4, 2002a.p.43-51. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&ret=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fsiaweb06.univali.br%2Fseer%2Findex.php%2Frc%2Farticle%2Fdownload%2F133%2F113&ei=E9WMVNWJrJKq_sQSLq4HoDw&usg=AFQjCNHK30OHrrTIANhI5uRDwJMwhiLP8Qsso . Acesso em 13\12\2014.